

DISCURSO DE POSSE

E.D. MONIZ DE ARAGÃO

Diz-me a consciência que minhas primeiras palavras devem agradecer, sincera e convictamente, a esta Egrégia Congregação por me haver depositado, em número expressivo, os votos com que formulou a indicação de meu nome em lista tríplice da qual resultaria a escolha do nôvo Diretor. Essa sensibilizadora manifestação de confiança agrava ao extremo o fardo que passa a pesar-me sôbre os ombros a partir de agora.

Menor não é, porém, a que recai sôbre vós, professôres e representantes do corpo discente, pois é enorme a tarefa que me aguarda e dela não lograria desincumbir-se a contento uma pessoa só, máximo que fôsse o seu esforço. Mas se nos ajuntarmos todos, diretor, professôres, funcionários e alunos, por certo desempenhar-nos-emos satisfatôriamente. Alternativa não nos resta, portanto, que a de coligarmos nossa atividade, vistas postas nos interêsses, caríssimos, desta Casa.

Empenhado também nesta porfia, em que se encontra absorvido, estêve e está o Reitor Magnífico, Professor Flávio Suplicy de Lacerda, cujo apoio não nos faltou em todos os momentos em que a Faculdade de Direito a êle recorreu. Diriço-me a Sua Excelência, com palavras muito especiais, para testemunhar-lhe todo o aprêço e, do mesmo passo, salientar-lhe que espero contar consigo, irrestritamente, para o cumprimento da missão que a diretoria da Escola envolve. Na vida universitária não há cursos nem há pessoas. O que aqui se fizer, a benefício desta unidade, resultará — a igual do que sucede em tôdas as demais relativamente à nossa — em proveito da Universidade do Paraná.

Cabe-me a honra de suceder nesta Casa a personalidades de escol da sociedade e cultura jurídica paranaenses. Se isto me agiganta as responsabilidades, apequena-me a figura, ante o vulto de meus antecessores.

Não o podendo fazer de todos, sinto que a dois dêles devo uma referência particular: João Ribeiro de Macedo Filho e Ernani Guarita Cartaxo.

O primeiro, fundador da Universidade, foi o grande lidador de sua restauração. Nosso Diretor, terminou os dias no pôsto máximo da carreira: Reitor da Universidade que ajudara a criar. A êle elevo o meu pensamento.

O segundo, a quem não poderia omitir pena de romper com o meu próprio coração, foi prezado e querido professor e amigo. Esta Escola muito lhe deve pelo espírito superior com que a dirigiu na fase de transição do regime privado para o federal. Sua presença ainda é muito viva entre nós, não apenas por seus invulgares dotes de homem e de jurista, como pelo muito que realizou, do que temos de orgulhar-nos.

Recebo o cargo, neste instante, das mãos de um mestre que é ilustre por todos os títulos: Altino Portugal Soares Pereira, a quem aprendemos a admirar e respeitar desde os primeiros contactos. De sua vez, êle o transmite após havê-lo de alguém a quem já manifestamos, em Congregação reunida, a nossa estima: Ildefonso Marques. Dotado de coração boníssimo, soube ser o timoneiro prudente e hábil para o período difícil por que vimos de passar, durante o qual se impôs pela lhaneza no trato, cultura profissional e generosidade sem par. Aos dois eminentes e queridos colegas desejo expressar as minhas mais sinceras homenagens.

Em repetidos exames de consciência, tenho procurado resposta à indagação, que me formulo, de por que teríeis vós, meus tão ilustres colegas, resolvido atribuir-me o galardão, invejável por todos os motivos, de em vosso nome presidir a esta Douta Congregação. Explicação outra não encontro senão a de que pretendéis, por meu fraco intermédio, imprimir novos rumos à Casa, sacudir algumas de suas estruturas, promover acentuada revisão material e espiritual, anseios que sinto presentes em vossas conversas e para os quais imagino que talvez vos tenham parecido necessários a energia e o atrevimento de alguém dentre os mais jovens. A isto me entregarei, asseguro-vos, com todo o afã e arroubo de que fôr capaz.

Determinadas providências, por mais urgentes, precisam ser tomadas com presteza, razão por que já iniciei, mesmo, algumas gestões. Quero referir-vos os principais temas que ocupam o centro de minhas atenções, as quais se para elas se voltaram foi porque pude colhêr, aqui e ali, as vossas próprias sugestões e ponderações.

Comecemos pelas de ordem material.

Dispõe esta Faculdade de imponentes instalações das quais, entretanto, jamais foi extraído todo o rendimento que lhe podem proporcionar. Com efeito, não são poucas as salas de aula que não se encontram destinadas a seus fins, quando não ocupadas por outros órgãos da Universidade, com dano real para o desenvolvimento e ampliação do curso jurídico.

Urge que sejam recuperadas, uma a uma, as instalações que, integrantes da parte deste prédio confiada ao nosso uso, estão fora de nosso poder. Sem isso é muito difícil sequer pensar no aprimoramento do ensino pela divisão de turmas, criação de cursos e tantas outras soluções que se terá de adotar.

Por outro lado, afigura-se-me indispensável uma redistribuição de espaços e instalações, de modo a aumentar o nível de aproveitamento e conforto de todos, professores, funcionários e alunos. Pretendo, para isso, concentrar a administração em um único pavimento, assim como, também num só, agrupar a biblioteca e demais órgãos dependentes da Faculdade. Nos outros, recobradas as áreas hoje não utilizadas, poderão situar-se salas de aula e salas de exames.

Ressente-se a Escola, de fato, da inexistência de locais que se prestem apenas à realização de exames escritos, com móveis adequados a esse fim, e outros que sirvam tão-só para as aulas, com mobiliário também conjugado a essa finalidade. Mas tanto as salas de aula quanto as que venham a ser aplicadas à realização de exames escritos necessitam de novas mobílias, que possam ensejar maior conforto aos alunos que, sendo adultos, não se podem acomodar aos móveis de estilo juvenil que, por enquanto, lhes estão postos à disposição.

Sem essas providências, nosso potencial normal de trabalho fica em muito prejudicado eis que sem condições vantajosas não se logra alcançar o mesmo êxito que em instalações apropriadas se pode conseguir.

Essas inovações, acrescente-se, não acarretarão gastos ou sacrifícios insuportáveis, pois será possível introduzi-las, na maior parte, com recursos próprios da Universidade, que dispõe de mão-de-obra para reparos ou pinturas de até médio porte. No que respeita ao mobiliário para salas de aula e salas de exames, contamos com mais de um milheiro de carteiras e estou em entendimentos com um órgão estatal que se propõe permutá-las por outras, cujo modelo seja apropriado ao uso de pessoas adultas.

No outro dos setores que salientei mais atrás, creio que há dois aspectos a focalizar. Um, respeita aos problemas que se poderia

dizer serem de ordem imediata, outro, o dos mediatos. Entre aquêles, dois há que devem despertar-nos a maior atenção: o aproveitamento dos alunos e, do mesmo passo, o aumento de seu número.

É preciso que a Universidade comece a encarar sèriamente os assuntos ligados ao aproveitamento dos alunos. Não me parece lógico, ou razoável, que jamais se tenha procurado perquirir dos seus índices, da eventual desarmonia entre o percentual de aprendizado obtido na prática e o que é tido como bom, ou ótimo. Simultâneamente com o cuidado de propiciar o ensinamento, é indispensável que nos inquietemos com os seus efeitos junto ao corpo discente. De nada vale, creio, que cumpramos nossos deveres horários, ministremos nossas aulas programadas, se elas não gerarem, nos discípulos, o resultado pretendido. Agir contrariamente seria o mesmo lançar a semente ao sólo e dela desinteressar-se, deixando à própria conta de ambos a germinação e o florescimento da planta.

A técnica avançada dispõe de métodos adequados à análise dos resultados didáticos, através da qual se pode corrigir quaisquer desvios, sejam a débito dos que aprendem, sejam a débito dos que ensinam. Mediante pesquisas dessa natureza é fácil emendar os erros e aproximar os índices de aprendizado dos níveis ideais, que devem ser os visados pela Universidade.

Além disso, é necessário que revisemos o modo pelo qual está funcionando o curso de bacharelado. Sem falar na recomposição do currículo, para inclusão de temas que não podem estar ausentes, é excessivo o número de alunos por sala, em turmas únicas que ultrapassam, de muito, a quantidade tolerável, para não referir a recomendável. Impõe-se o seu desdobramento, sem o que — vê-se logo — continuaremos em regime deficitário.

Tenho na conta de indispensável, por outro lado, que ampliemos nossa capacidade de matrículas, não apenas para o aumento, puro e simples, do número de bacharéis em direito, o que seria, por si só, providência despicienda numa hora em que o País carece de técnicos em outras atividades, mas, e isto sim, para a integral aplicação das instalações de que dispomos. Dentre tais medidas, parece-me que avulta a do funcionamento de um curso noturno, que desejo ver instalado ainda êste ano, se a tanto me ajudarem os meus eminentes colegas, de quem tudo espero, e não houver obstáculo por parte dos próprios alunos, paradoxal que possa resultar esta afirmativa.

Providências imediatas, cujos frutos só poderemos colher no futuro, ainda se fazem necessárias.

Entre elas estão os cursos para os já graduados, a princípio

intermitentes e talvez monográficos, para depois transformarem-se em regulares, com currículo adequado. Recente experiência levada a efeito pelo Instituto de Ciências Sociais e Direito Comparado demonstrou, ademais, que é possível promover estudos de atualização, em tempo reduzido, para a melhoria do padrão dos profissionais do Direito.

Mas a principal dessas providências, ao que penso, reside na formação e aperfeiçoamento de professores. Já está completamente superada a fase que, no ensino jurídico, poder-se-ia qualificar de romântica. Hoje não se pode mais deixar o recrutamento para o magistério entregue aos azares da sorte, na suposição de que, postas em concurso as cátedras, acorram os grandes juristas locais, disputando-as a benefício da Universidade e do ensino. O mundo em que vivemos abomina as improvisações. Temos de preparar um corpo de professores à altura das tradições desta Casa e das potencialidades deste Estado.

Isso não se faz sem sacrifícios; muito menos às pressas.

Temos de inaugurar já e já, porque é grande o atraso, uma política de aprimoramento do corpo docente, no qual se nota a olho desarmado que despontam entre alguns moços valores incomuns, providos daquela indispensável chama que só o ideal alimenta.

Cumpre-nos, mais, aliciar para o magistério as vocações que forem sendo identificadas entre os próprios alunos. Para tanto devemos observá-los, incentivá-los e prepará-los, moral e culturalmente. Esse adestramento, em certos casos, poderá ser feito aqui mesmo, com nossos próprios recursos. Em outros, forçoso é reconhecer, precisamos do auxílio de diversos centros, nacionais e estrangeiros. Alguns setores, entretanto, reclamam que ao invés de enviarmos pessoal tragamos para o nosso meio professores estranhos que possam disseminar seus conhecimentos de modo a não apenas habilitar um ou poucos docentes, mas criar, se possível, uma verdadeira escola.

O que não mais se pode conceber, em caso algum, é que permaneçamos inertes como no momento, permitindo que ocorra este fato para mim reprovável: cadeiras há cujos fundadores, nelas investidos em 1912, ainda não tiveram sucessores efetivos, pois a Universidade até o presente não se concentrou na formação e aperfeiçoamento de seu pessoal docente em letras jurídicas.

Eis aí, em largos traços, um esquema de ação. De tudo quanto disse, nada me é devido, mas a vós, meus prezadíssimos companheiros de Congregação, cujas idéias, anseios, críticas, venho reco-

lhendo ao longo dos anos de nosso convívio, desde que me admitistes generosamente a figurar entre vós.

O máximo que, com a ajuda de todos, possa vir eu a realizar não chegará, estai certos, ao mínimo da imensa retribuição que todos devemos à sociedade paranaense pelo muito que dela temos recebido em afeto, compreensão e estímulo.